CORREIO NORTE

EMANOEL FARIAS/SEMA



A parceria prevê a estruturação das concessões das Florestas

Acre e BNDES detalham concessões florestais locais

O governo do Acre e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentaram o projeto de concessões florestais ao Conselho Consultivo do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório (Cferg). O encontro ocorreu em Tarauacá, com representantes da comunidade local. A parceria prevê concessões nas Florestas Estaduais do Mogno, do Rio Gregório e do Rio Liberdade. O contrato foi firmado em agosto deste ano. A etapa técnica inclui estudos de avaliação florestal, logística e viabilidade econômico-financeira. A previsão é que os estudos e as minutas, incluindo o edital, sejam disponibilizados para consulta pública em 2027. Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), a proposta prevê manejo florestal sustentável, com exploração de baixo impacto, para conciliar atividade econômica e conservação da biodiversidade.

Vicentinho destina veículos a associações

Duas associações ligadas à Igreja Católica receberam caminhões comprados com emendas parlamentares do deputado federal e governador eleito do Tocantins, Vicentinho Júnior. A entrega ocorreu na quarta-feira (4), por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Os veículos apoiarão a agricultura familiar e ações sociais em Dianópolis e Palmas. Durante a entrega, o governador eleito destacou que os veículos representam o cumprimento de compromissos.

DIVULGAÇÃO



Um dos caminhões foi destinado à Associação de Evangelização

Deputado questiona reajuste fiscal

O deputado Delegado Camargo (Podemos) apresentou requerimento à Assembleia Legislativa de Rondônia para cobrar explicações do governo sobre a atualização da pauta fiscal dos bovinos, usada no cálculo do ICMS. A mudança, prevista na Instrução Normativa 55/2026 da Coordenadoria da Receita Estadual, entrou em vigor em 1º de novembro e alterou 22 categorias: 19 tiveram aumento e 3, redução. Em uma delas, o reajuste chegou a 33%. O parlamentar solicita estudos de mercado e impactos para os produtores locais.

Auditor fiscal é afastado de cargo no Tocantins

O auditor fiscal Ivaldo Pacheco Lessa Castro foi afastado por 180 dias por determinação judicial e exonerado do cargo de superintendente de Enfrentamento a Fraudes Fiscais Estruturadas da Secretaria da Fazenda do Tocantins (Sefaz). A medida ocorre após suspeitas de favorecimento a pelo menos 2 empresas, cujas operações teriam movimentado R$ 400 milhões. O caso segue sob apuração judicial.

Abordagens

Cerca de 20 agentes participaram da Operação Impacto na avenida 7 de Maio, no bairro Santa Etelvina, zona norte de Manaus. A ação ocorre durante a noite e a madrugada, com abordagens a carros e motos. As equipes verificaram documentos, registros de roubo e furto, pendências no Detran-AM e possíveis casos de drogas.

Graduação

O Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep) oferece 200 vagas em cursos técnicos presenciais do agronegócio em Rondônia. As inscrições são de forma online vão até 22 de novembro. As aulas serão em período integral no Centro Técnico de Educação Rural (Centec Abaetará), em Pimenta Bueno.

Vigilância

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) iniciou etapa de monitoramento de aves no Acre para detectar os vírus da doença de Newcastle e da influenza aviária. A ação começou em novembro e deve seguir até junho de 2027. Na fase anterior, encerrada em outubro, todas as amostras tiveram resultado negativo.

Liderança

O deputado estadual Jorge Frederico (PSDB) foi escolhido por Vicentinho Júnior (PSDB), governador eleito do Tocantins, para liderar o futuro governo na Assembleia Legislativa do Tocantins. O anúncio ocorreu durante coletiva em Palmas. Frederico fará a interlocução entre o Executivo e os deputados e a articulação de projetos.

Créditos

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas (Arsepam) publicou a Resolução nº 006/2026, que define o registro e o uso de créditos judiciais recebidos pela concessionária de gás natural canalizado. Após descontos autorizados, os valores deverão ser depositados em conta específica.

Formalização

O Conselho Estadual de Assistência Social publicou a Resolução nº 55, que formaliza a entrada do Acre na Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social. A medida prevê atuação em emergências e calamidades. Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

AGÊNCIA BRASIL



Durante as apurações, foi apreendido um carregamento de skunk

PF investiga tráfico e lavagem de dinheiro em sete estados

Acre, Rondônia e Tocantins estão entre os lugares que foram investigados

Da **Redação**

A Polícia Federal deflagrou, no inicio desta semana, a Operação Cravos para desarticular uma suposta organização criminosa investigada por tráfico interestadual de drogas e lavagem de dinheiro. A ação ocorreu em 13 municípios de 7 estados: Acre, Rondônia, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Minas Gerais. A Justiça determinou o bloqueio de até R$ 741 milhões, além do sequestro de 3 imóveis e 37 veículos ligados aos investigados.

Foram cumpridos 25 mandados de prisão preventiva e 25 de busca e apreensão, expedidos pela Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco, do Tribunal de Justiça do Acre. No Acre, as diligências ocorreram em Rio Branco, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba e Cruzeiro do Sul.

A operação também alcançou Porto Velho, Guajará-Mirim e Ariquemes, em Rondônia; Elesbão Veloso, no Piauí; Caldas Novas, em Goiás; Rondonópolis, em Mato Grosso; Gurupi, no Tocantins; e Juiz de Fora, em Minas Gerais. As ações foram realizadas simultaneamente nos 13 municípios.

Segundo a Polícia Federal, a investigação começou após a identificação de um grupo suspeito de organizar o transporte de entorpecentes entre estados das regiões Norte e Sudeste. Durante as apurações, foi apreendido um carregamento de 6,8 kg de skunk ligado aos investigados. Os elementos reunidos apontam que a organização coordenava a logística, financiava e transportava drogas entre diferentes unidades da Federação.

A apuração também identificou um esquema estruturado para ocultar recursos provenientes do tráfico. Para dificultar o rastreamento dos valores, o grupo utilizava pessoas físicas e jurídicas interpostas, com intensa movimentação de dinheiro no sistema financeiro. De acordo com a investigação, as transações identificadas ultrapassaram R$ 741 milhões.

O bloqueio de ativos e o sequestro de bens integram as medidas patrimoniais autorizadas pela Justiça. A decisão busca atingir recursos e propriedades ligados às atividades investigadas e impedir que sejam movimentados durante o caso. Os investigados poderão responder por tráfico de drogas, associação para o tráfico, organização criminosa e lavagem de dinheiro.